



FALAS DA TERRA NO SÉCULO XXI

What do we
see green?

COORDENADORAS

ANA ISABEL QUEIROZ
INÊS DE ORNELLAS E CASTRO

L
to de
os de
tura
cional

ESFERA DO CAOS



9

Planeta Lisboa

Ana Isabel Queiroz

IELT – Instituto de Estudos de Literatura Tradicional
FCSH, Universidade Nova de Lisboa

Deixem passar o Homem Invisível é um dos mais relevantes romances portugueses da actualidade. Considerado o livro do ano de 2009, foi distinguido com o Grande Prémio do Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores/ Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas. De Rui Cardoso Martins (RCM), o seu autor, conhecem-se outras obras literárias (e.g. *E se eu gostasse muito de morrer*, 2006), crónicas semanais num jornal de grande tiragem e o seu trabalho como escritor humorístico.

A Lisboa de hoje serviu de cenário a um enredo invulgar onde são frequentes as referências ao quotidiano social e político português. Mas ao escritor não interessou retratar o ambiente urbano pelo seu lado mais comum. RCM fugiu ao estereótipo. Ao leitor, habituado a perceber a paisagem sobretudo através da visão, deu a exploração do ambiente através de uma personagem cega. E não escreveu sobre a repetidamente elogiada 'luz única' de Lisboa. A 'cidade branca' foi, quase sempre, escuridão: optou pela cidade subterrânea, a do labirinto dos esgotos, dos colectores de águas pluviais e de outros túneis subterrâneos. Além disso, apresentou a cidade em condições climáticas extremas, sob forte precipitação, sofrendo inundações graves.

Lisboa viu-se transformada «numa pia de lavatório» (27): as águas foram arrastadas para um buraco aberto no pavimento, entrada accidental para o ambiente putrefacto dos esgotos. Na enxur-

rada seguiram *António*, um jovem advogado cego, e *João*, uma criança de 8 anos. Enquanto estes tentavam sobreviver às condições adversas do seu novo habitat, outros participavam nas difíceis buscas à superfície. O *Comandante dos Bombeiros*, *Serip* (um amigo de *António*) e *Madalena* (uma arqueóloga) intervieram no processo. Pela rede de canalizações, *António* e *João* atravessaram de São Sebastião da Pedreira ao Cais das Colunas, chegando ao leito do Tejo, na sequência de um forte terramoto.

Episódios climáticos extremos e as suas consequências são reportados na literatura portuguesa dos séculos XIX e XX. Em *A Morgadinha dos Canaviais* (172), por exemplo, Júlio Dinis descreve como o velho *Vicente*, ervanário da aldeia, é arrastado pelas águas ao tentar passar uma levada a vau, já a corrente engrossara devido à chuva intensa. Vale-lhe o mestre-escola, que, por sorte, assiste a tudo e, de pronto, o resgata. Em *O ano da morte de Ricardo Reis*, José Saramago menciona repetidamente a ocorrência de cheias em Lisboa e em todo o vale do Tejo. Vive-se «um dilúvio (...) o céu anda a desfazer-se em água» (17). Na Primavera de 1936, *Ricardo Reis* testemunha ainda, a partir da leitura num jornal, uma súbita inundação «que arrasta dois homens pelos negros esgotos da cidade, entre excrementos e ratazanas» (260) e que assim encontram a morte.

O mesmo apelo das águas está patente noutras literaturas mundiais, nomeadamente na norte-americana: e.g. Mark Twain descreveu as cheias do Rio Mississippi (*Life on the Mississippi*, 1893) e John Steinbeck as do Rio Colorado (*The Grapes of Wrath*, 1939). Vera Norwood justifica a escolha da temática das catástrofes naturais e, em particular das inundações, por parte dos ensaístas e romancistas: «Disasters are about loss (...) [there are] broad social implications of such losses (...) floods touch everyone». (79)

Na última década, o mundo confrontou-se com desastres ambientais de consequências extraordinárias, quer em perda de vidas humanas quer em perdas económicas. O IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change, organização ambiental cujo prestígio lhe valeu, entre outras distinções, o Prémio Nobel da Paz (2007), tem feito eco do conhecimento científico acerca das alterações climáticas verificadas e previstas para um futuro próximo. Esta organização alerta para o aumento do risco de inundações em consequência das

condições de variabilidade climática decorrentes do aquecimento global, sobretudo nas regiões do Norte e Nordeste europeu (Solomon *et al.*, 3.4.3).

O romance de RCM abre ao leitor a possibilidade de, entre muitas leituras centradas nos seus interesses e nas suas sensibilidades, se focar nas catástrofes climáticas e na sustentabilidade ambiental. Este é levado numa travessia por Lisboa, desvendando a rede de canos e túneis do sistema de esgotos e de colectores de águas pluviais. Mas, para encontrar «derrière les images que se montrent, les images qui se cachent, aller à la racine même de la force imaginante» (Bachelard 3), esta reflexão explora uma possível alegoria, onde Lisboa se leia como um território planetário, e em que *António, João, o Comandante dos Bombeiros, Madalena e Serip* sejam a representação da humanidade.

A cidade subterrânea, as cheias e o erro humano

Poder-se-á chamar pico de precipitação ao fenómeno que RCM nos descreve. O escritor aprecia-o dentro de um quadro de normalidade – «um simples fenómeno meteorológico, de recorrência cíclica, embora de amplitude extraordinária» (49) – associado a condições de grande instabilidade atmosférica:

[C]aíram hectolitros de gotas no mesmo segundo, vaga de água doce, cascata vertical espremida das nuvens pretas nos telhados./Depressa cresceu para uma parede líquida sobre Lisboa como só uma vez ou duas em cada século./ E logo a seguir, baralhada por súbitos ventos cruzados, quentes e frios, ataçados por relâmpagos metálicos (...). (17-18)

Sobrepondo-se à ocupação da cidade, em colinas e vales, uma rede hidrográfica acorda ou (re)nasce em consequência da precipitação concentrada:

[A] chuva começou a escorrer com força pela cidade, mas sem saber por onde, muito mais água chegava pelos veios que desciam das outras colinas, por arroios adormecidos e pelas calhas do eléctrico, numa competição de rios sem nome, acabados de nascer no meio das avenidas e praças. (18)

Frase idêntica é retomada noutra passagem do romance, quando sobrevém um novo aguaceiro e a água arrasta *António e João* através

das condutas de escoamento: competem rios sem nome, acordam arroios e nascem ribeiras, e mais água entra «grossa e gelada para dentro dos subterrâneos, cuspidando baratas e arrastando, de novo, um cego e uma criança.» (173)

As fortes chuvadas originam cheias, sobretudo porque Lisboa se expandiu ao longo de uma orografia acidentada e sem as requeridas medidas de ordenamento e respeito ambiental. Sendo natural, o fenómeno é agravado pelo erro humano. Entre «rios», «ribeiras» e «riachos», construções submergem: «Muitas saídas estavam entupidas com prédios novos, betão, barracas e muros, outras cobertas de lixo, garagens subterrâneas escavadas à noite no leito dos riachos.» (17-18).

O escritor acusa os decisores: «Nos vales de Chelas, ao lado das hortas de couve e nabiça, dos talos submersos espetados no solo como bandeiras, afundavam-se viadutos e pilastras erguidos no sítio errado por ordem de alguém.» (18). Nas profundezas, revela-se também o resultado de obras sobrepostas e a ausência de planeamento:

Nestas zonas velhas é a confusão, as sanitas das casas e as águas fluviais vão todas dar ao mesmo cano. E ainda há as ligações ao Aqueduto das Aguas Livres./ (...) – Pode haver intersecções, canos laterais, modernos, alguns cruzam-se. Isto por baixo é um labirinto. (57)

A água é o catalisador da história e o componente mais marcante da paisagem da cidade, repetidamente assinalado: «choveu tudo de uma vez» (17 e 39); «[a] água parecia confusa com a sua própria quantidade, um único corpo vivo a cobrir a terra que o rejeitava, e tanto enfiava um braço viscoso no primeiro buraco como usava outro para explodir um *geyser* de esgoto, grosso e gelado.» (19 e 119). À superfície, a «confusão» desta água vem de não ter leito; nos subterrâneos, misturam-se os esgotos e as escorrências pluviais numa «água castanha, papa de mel mexida» (68).

A «confusão» desta água decorre da negação do seu estado puro, substância vivificante tida por incolor, insípida e inodora (há uns anos, era com esta adjectivação que se descreviam às crianças as suas propriedades físicas). António sabe que «a água limpa não gosta de água suja» (70), porque a primeira é natural, fonte de vida, purificação do ser, enquanto a segunda arrasta detritos, pestilência e morte. Funde-se nesta mistura de águas a ambivalência assinalada

por Gaston Bachelard em *L'eau et les rêves*: o simbolismo das águas implica tanto a morte como o renascimento.

Há inúmeros registos de inundações em Lisboa, sendo um fenómeno habitual a afectação de algumas zonas baixas ou ribeirinhas do Tejo. A cheia é geralmente localizada e dura poucas horas. Aparte o transtorno causado à população da cidade, os prejuízos são, quase sempre, apenas materiais. Todavia, menos frequentemente, a inundação atinge áreas mais vastas e provoca danos mais significativos.

Na noite de 25 para 26 de Novembro de 1967 (o ano em que nasceu RCM), ocorreu a mais trágica das últimas cheias da capital. Morreram centenas de pessoas: no romance referem-se setecentas (80). As estações meteorológicas da região de Lisboa registaram, nesta data, cerca de um quinto do total da precipitação anual: 111 milímetros cúbicos em apenas 5 horas (entre as 19 e as 24 horas do dia 25), uma precipitação excepcional, cujo período de retorno está estimado em 500 anos (Alveirinho Dias, *As Cheias de Novembro de 1967 em Lisboa*, Geologia Ambiental website).

As condições que potenciaram a grande cheia de Novembro de 1967 podem dividir-se em duas categorias: associadas à dimensão natural do fenómeno (e.g. a quantidade de precipitação concentrada e coincidente com a praia-mar do Tejo), e as resultantes das alterações do ambiente natural do território da cidade e sua envolvente (e.g. vastas zonas da região estão intensamente urbanizadas e impermeabilizadas; a rede fluvial foi canalizada, correndo em manilhas subterrâneas; o sistema de drenagem pluvial está mal dimensionado e tem limpeza deficiente) (Alveirinho Dias, *As Cheias de Novembro de 1967 em Lisboa*, Geologia Ambiental website).

Por todo o Mundo, o século XXI tem sido pródigo em registo de catástrofes naturais, envolvendo inundações. Relembrem-se algumas das mais significativas:

- em 2000/2001, cerca de duas mil pessoas morreram em consequência das cheias em Moçambique;
- em 2005, o furacão Katrina e a ruptura dos diques em Nova Orleães causaram a submersão de 80% do território da cidade, 1500 mortos e elevadíssimos prejuízos sociais e económicos (estimados em mais de 100 biliões de dólares);
- em 2010, durante a estação das monções, as águas submergiram 15% da área do Paquistão e cerca de 20 milhões de pessoas

foram afectadas, pela destruição das suas propriedades, bens e infra-estruturas; nos últimos dias do ano, o Estado australiano de Queensland encontrava-se submerso numa área extensíssima, equivalente ao território da França e da Alemanha;

- à escala nacional, as inundações de Fevereiro de 2010 na Ilha da Madeira, vitimaram 40 pessoas e provocaram elevados danos em habitações e infra-estruturas viárias;

- já em 2011, as chuvas torrenciais que afectaram a região de Teresópolis, no estado brasileiro do Rio de Janeiro, conduziram ao deslizamento de terrenos das serranias adjacentes, e à destruição de áreas florestais, agrícolas e residenciais; numa tragédia considerada a maior de sempre no Brasil, foram contabilizados mais de 600 mortos e muitos milhares de desalojados.

Estes e outros dramáticos acontecimentos trouxeram para a opinião pública portuguesa a discussão relativa aos riscos e vulnerabilidades associados a este tipo de catástrofes ambientais. Os registos mostraram a maior frequência de alguns episódios climáticos extremos (e.g. inundações, tornados, ondas de frio ou de calor) e a sua maior severidade, sobretudo em áreas do planeta onde o domínio de um clima temperado faz esquecer às populações a ocorrência esporádica de desastres naturais (alguns apresentavam um período de retorno de 50 ou 100 anos). Tornou-se ainda evidente que a urbanização, a industrialização e a construção de infra-estruturas (com a impermeabilização de vastas áreas), a obstrução da rede natural de drenagem e a deflorestação da área das bacias hidrográficas potencia os efeitos que os fenómenos naturais são susceptíveis de causar na sociedade e na economia (Mitchell 570-1).

Também na história narrada, o *Comandante dos Bombeiros* explica aos outros membros da equipa de salvamento a razão porque se abriu no pavimento da rua um acesso às entranhas de Lisboa:

Não se esqueçam que isso sucede quando chove desta maneira louca, é uma cidade toda mal feita no solo e subsolo, cheia de ribeiras domesticadas com canos gigantes, que não está nem nunca esteve pronta para precipitações. (21)

As buscas de *António e João*, tornam-se complexas na ausência das cartas da 'cidade subterrânea':

A arqueóloga respondeu que um bombeiro saberá que o 'não possível' é impossível em Lisboa, toda a memória da cidade pode desaparecer num instante, por tradição./ – As plantas arderam há século e meio, no incêndio da Câmara que destruiu os arquivos municipais em mil oitocentos e tal... a Câmara voltou a arder há uns 15 anos, deve-se lembrar (...) de facto havia plantas parcelares e estudos do metropolitano das últimas décadas, feitos à medida que se escavava. (79)

Aos socorristas, resta decifrar um livro datado de 1871, *O Esgoto, a limpeza e o abastecimento das águas em Lisboa – O que foram e o que são, e o que deve ser considerado tudo à luz das boas práticas e doutrinas* assinado por Bernardino António Gomes, «sócio emérito da Academia Real das Sciencias» (178), que a pesquisa de RCM foi descobrir no Museu de Água, em Lisboa. Nessa obra, narra-se o traçado dos «trinta e dois boqueirões» (179), incluindo o do vigésimo primeiro, onde *António* e *João* estão desaparecidos, entre São Sebastião da Pedreira e o Cais das Colunas. São esses os troncos principais de um sistema arborescente de escoamento dos esgotos e das águas pluviais da cidade:

a começar nas habitações pelos canos parciais, continuando nos das ruas até aos canos de primeira ordem, vem desaguar toda à margem do rio, pelas aberturas que tem ao longo das praias, e no prolongamento da cidade desde a parte mais oriental até à Ribeira de Alcântara. (229)

Estes antigos sistemas, que visavam recolher as águas pluviais, transportá-las por baixo do solo em colectores enterrados, e descarregá-las no meio receptor sem tratamento (no caso de Lisboa, no rio Tejo), eram materializados à superfície pelas sarjetas e caixas coletoras. Actualmente, advogam-se as soluções de controlo na origem das águas pluviais, que potenciam a infiltração ou a retenção da precipitação em meio urbano (Galvão, Valério e Matos 9), evitando o escoamento superficial e as inundações. Um novo desenho urbano recomenda a necessidade de, no seio das cidades, se incluírem espaços naturais não edificados. Assim se garante a regulação do regime hídrico, a depuração biológica das águas que escorrem superficialmente (contaminadas por óleos, poeiras e detritos que se acumulam nas superfícies impermeáveis), e a função cultural e de recreio, essencial à qualidade de vida dos que aí habitam (Ribeiro Telles 6-7).

Para os dois náufragos, *António* e *João*, a travessia subterrânea começa junto à Igreja de São Sebastião da Pedreira, quando «um grande buraco» se abre «no chão de Lisboa» (45) e ambos desaparecem sugados pelo turbilhão das águas. No início, «o cano era muito estreito» mas logo mais adiante encontraram um poço de ar, «uma bifurcação molhada pela cascata borbulhante que lhe chegava ao peito» (61). Habituação à escuridão, *António* move-se com algum a vontade: «sei mover-me sem ver nada, cá está, é tijolo, tijolo e argamassa, o chão é lagedo, estou num cano velho e escuro, ainda bem que sou cego, (...) posso dizer coisas estúpidas porque toco na parede e sei logo que é tijolo, nem preciso de pensar que é tijolo.» (61)

O ambiente é húmido e frio, e as imprevisíveis descargas vão arrastando *António* e *João* para jusante: «sem aviso veio outra violenta descarga de água dum dos canos e o jacto levou-os ainda mais para baixo» (63). Esqueletos, possivelmente da vala comum aberta por altura do Terramoto de 1755 (78), ratos (150-152) e o cadáver de um recém-nascido (171) protagonizam os piores momentos. O cheiro é nauseabundo: «O fedor das barrigas humanas da cidade. E dos cães, gatos, ratos, insectos e pássaros, dos ânus e das cloacas, a cascata de enzimas, fermentos, bactérias e fungos, caindo em socacos às águas do rio.» (85)

No limite das forças, *António* sente «a fome, o frio, a sede e o cansaço verdadeiros, uma frente unida de males que significava a situação mais desgraçada das últimas décadas para ele, e duma curta vida inteira para a criança» (155). Não se encontra uma tampa, uma escada, nada que possa fazê-los sair da sua prisão. Mas prosseguindo sempre, atravessam a cidade e completam o caminho possível até ao rio: Parque Eduardo VII, Marquês de Pombal, Rua de Santa Marta, Rua de São José, Rua das Portas de Santo Antão, Rossio, Rua do Ouro, Terreiro do Paço.

À superfície, *Madalena* reconstitui o trajecto:

– Cais das Colunas, Praça do Comércio, o coração do império português inundado, suspirou *Madalena*. Um império da trampa, às avessas, por cima e debaixo do chão, mas império. (...) Que mundo existe debaixo de Lisboa! E tudo parece ligado. (183)

À chegada ao seu termo, o boqueirão torna-se uma avenida de «2,70m por 2,20m» (180) mas «a maré está alta» (219) e têm que

nadar. Subitamente, um terramoto estremece os túneis centenários, e os dois são empurrados para fora. A viagem pela cidade subterrânea conclui-se com a chegada dos dois naufragos ao leito enxuto do rio: «Um profundo vale de lodo abriu-se no meio do rio (...) Agora vem aí a onda gigante» (222).

Intencionalmente aberto, o final do romance deixa ao leitor a possibilidade de sonhar com a salvação de *António* e *João*, valentes personagens da travessia do esgoto. Mas, do mesmo modo, evocando a mais icónica catástrofe natural da cidade de Lisboa, e também a mais mortífera e devastadora – o terramoto de 1755 –, RCM sustenta uma tensão trágica, compatível com a sua inquietação em relação a fenómenos naturais: ainda que esporádicos (ou sazonais), a precipitação concentrada, os terremotos e ainda a agitação marítima – «vagas gigantes das marés vivas do Inverno, que batem nas rochas altas dos mexilhões e perceves da costa, os mariscos aéreos, e esguiçam com força, levando um ou outro homem para o mar salgado» (17) –, são susceptíveis de alterar e destruir o que a civilização humana ergueu, como permanente e duradouro, para seu uso e sua comodidade.

A admiração do escritor por estas manifestações extraordinárias da Natureza reverte em acuidade descritiva as consequências para a paisagem biofísica e cultural. Note-se, por exemplo, na sequência final, com o refluxo das águas, o que as personagens encontraram:

[T]ainhas aos pulos no fundo do Tejo vazio, os peixes tentavam respirar, epiléticos, e ao lado um cacilheiro, entornado para a direita, a tossir o motor, entre duas colunas brancas com bolas de calcário, ainda de pé, calhaus verdes de limos, e as gaivotas, loucas de medo, não tinham coragem de capturar as tainhas da praia do Cais das Colunas. (222)

O planeta e a humanidade

Em 2008, metade da população mundial vivia em cidades. Até 2030, prevê-se que um fluxo crescente afluirá aos meios urbanos, sobretudo em África e na Ásia, multiplicando os centros populacionais de média dimensão (*Linking Population, Poverty and Development*, UNFPA website). Nas próximas décadas, como já hoje acontece, os

maiores desafios ambientais relacionar-se-ão com a existência urbana, a sua expansão e os muitos fenómenos ecológicos, económicos e sociais que disso decorrem.

O mundo consolidar-se-á na sua forma de arquipélago de cidades, dispostas, por razões de acessibilidade e abundância de recursos, sobretudo na fronteira da superfície inundada da Terra: oceanos, lagos e cursos de água, correspondentes a cerca de dois terços de cobertura, são vitais para a sobrevivência de grande parte dos organismos vivos (os humanos incluídos). Será nesta faixa, vulnerável às subidas e descidas das águas, mas também no território necessário para produzir os recursos aí consumidos – estima-se que a ‘pegada ecológica’ das cidades europeias e americanas se alargue a uma superfície 200 vezes superior ao território por elas ocupado (Rees 306-7) –, que se decidirá o futuro do planeta. Aos humanos, que segundo Baird Callicott são seres privilegiados de forma única, mas também as únicas criaturas responsáveis entre todas as outras (23), cabe encontrar a necessária sustentabilidade ambiental.

A Lisboa ribeirinha do Tejo, subitamente inundada e sacudida pelas forças tectónicas que movimentam a crosta terrestre, pode ser lida como um território global, onde interagem as personagens *António, João, Serip e Madalena* e o *Comandante dos Bombeiros*, assim tomadas como símbolos da humanidade. Esta interpretação encontra fundamento quando, no seu texto, RCM convoca a temática da sustentabilidade à escala global para o cenário da intriga. Não lhe bastando a identificação dos erros do planeamento urbano, o escritor apresenta «a ideia do Profeta do Limpa o Cu ao Guardanapo» e «as cidades flutuantes auto-sustentáveis». E para veicular esta reflexão ambiental global, RCM escolhe a mais internacional das personagens (*Serip*, o que viveu em várias partes do mundo).

A primeira, uma «teoria ecológica para salvar o mundo da hecatombe da poluição e da catástrofe das inundações e das secas (tudo isto anos antes de se falar em aquecimento global e nas alterações climáticas)» (112), consiste na reutilização sucessiva do guardanapo de papel usado para limpar a boca, como lenço de assoar e como papel higiénico. O impacto deste «simples gesto» seria amplificado se assumido por largas camadas da população mundial. Para pôr cobro ao «excesso de consumismo do Ocidente» (112), «salvar

uma floresta dum milhão de árvores ou dar de comer a milhões de pessoas que morrem» (188), *Serip* apresenta a sua ideia como uma causa a missionar: através de um profeta que «chegasse a uma região, a um continente, e pouco a pouco, conquistando os primeiros discípulos, convencendo-os a espalhar a palavra» (113). Ele próprio missionário, fala ainda a *Madalena* de outra das suas teorias, «cidades flutuantes auto-sustentáveis, (...) na qual pensava ainda antes da moda da ecologia...» (187). E se nem todos os detalhes da sua gestão estão ainda pensados, *Serip* é convincente no desenho da sua urbe-modelo, onde a energia proviria exclusivamente de fontes renováveis e sem emissões de dióxido de carbono ou outros poluentes:

Uma cidade à deriva, com casas em forma de vela, que levarão a cidade para onde os seus habitantes desejarem. O Sol dará o aquecimento, no meio da cidade uma grande estufa com oleaginosas e legumes frescos. Os elevadores dos prédios (prédios em forma de vela) serão de contrapeso, um sobe quando o outro desce, não gastando energia. (187)

O escritor convoca a utopia ambientalista baseada nas alterações do comportamento individual e na organização colectiva das vontades em torno de um ideal de sustentabilidade; em simultâneo, usa o bizarro para provocar ou desconcertar, tirando disso momentos de clara persuasão discursiva. Através do humor, que «não é aligeirar, é aprofundar» (24), o texto sugere a reflexão sobre problemas ambientais globais da actualidade: a perda de habitats naturais, a excessiva exploração dos recursos naturais, a poluição, o empobrecimento da população, etc. Deste modo, o foco alarga-se da escala local para a escala planetária. Christina R. Foust e William O. Murphy estudaram vários discursos associados à transmissão de preocupações relativas às alterações climáticas e concluíram haver maior benefício comunicacional associado à comédia que à tragédia apocalíptica, a qual não deixa alternativa para a acção:

To the extent that humanity is mistaken, it has agency for making different choices which may lead to different outcomes. Time is open-ended, with human intervention possible. Humanity is less likely to be resigned to its fate, and, as such, may be inspired to take steps to change. (162-3)

Na actualidade, de acordo com Lawrence Buell, a emergência de uma imaginação ambiental à escala planetária está a alterar a produção literária e os estudos académicos, os quais foram formatados desde o iluminismo até ao pós-modernismo pela ideia de que as literaturas são expressões das culturas nacionais. Se o romance de RCM retrata o planeta (a partir de Lisboa) e a humanidade (a partir do conjunto das vivências das personagens), como aqui se assume, ele trilha a senda de uma tendência que Buell designou 'ecoglobalista', e derivada do 'ecoglobalismo':

that is a whole-earth way of thinking and feeling about environmentality, it is at this time of writing more a model that has begun to take root than an achieved result: a model for inquiry, furthermore, that is quite unevenly distributed across the disciplines. ("Ecoglobalist Affects", 227)

Enquanto se vive «um dilúvio bíblico» (metáfora de RCM que reforça a ideia de um impacto à escala global) misturado com «um problema crónico de imundícies» (185), RCM brinca com a homonímia – «Escatologia é ao mesmo tempo... falar em cocó... mas também é teologia, o que vai acontecer ao mundo depois do fim do mundo» (185) –, e satiriza assim explicitamente o imaginário sobre o apocalipse, a mais poderosa metáfora do discurso ambiental contemporâneo (Buell, "Environmental Imagination" 285).

A retórica das catástrofes ambientais, veiculada pela escrita literária e pelos meios de comunicação social, socorre-se de termos e de expressões consideradas alarmantes. Mas, em muitos casos, estas parecem consistentes com os resultados apresentados pela ciência. James Risbey mostrou como os termos 'catastrophic', 'rapid', 'urgent', 'irreversible', e 'worse than previously thought' encontram justificação na descrição da problemática associada às alterações climáticas (303-10). Também Greg Garrard reconhece a capacidade do discurso das catástrofes para galvanizar activistas, converter indecisos, influenciar governos e determinar a política comercial (104). Porém, aponta diversos aspectos perniciosos, nomeadamente a carga emotiva com que são tratadas algumas situações que, sendo complexas e tendo desenvolvimentos a longo prazo, se radicalizam e se transformam em conflitos entre grupos de interesse, sem resolução fácil (105).

Um uso muito parcimonioso da adjectivação, o recurso à formulação objectiva dos factos (o seu apoio em situações reais não lhe

retira a dimensão ficcional) e a ausência de discurso apologético, garante ao romance uma temperança que não afronta nem aprisiona o leitor numa visão irremediável: o terramoto e o *tsunami*, mesmo que comparados com os de 1755, são «um fim e um recomeço de Lisboa» (221); *António* mantém a atitude combativa que o fez salvar-se nos túneis, e na iminência de mais uma devastadora catástrofe (a onda gigante), continua «a acreditar» (222).

É ainda deste modo que a narrativa estimula a consciência ambiental, apresentando o planeta e a humanidade, ao mesmo tempo que contraria a inacção e a resignação. A destruição/a extinção/a morte (sobre a qual RCM já escreveu e não parece temer fazê-lo) não são apresentadas no final do romance: na medida em que nenhuma das personagens sucumbe à cheia ou ao sismo, pode afirmar-se que, deste dilúvio sem arca, a humanidade sobrevive.

E o que nos conta RCM sobre os restantes seres vivos? Subvertendo o conceito benemérito de Paraíso, RCM faz reflectir sobre a problemática da evolução e conservação da biodiversidade, e das relações ecossistémicas entre os humanos e os não-humanos:

– Oh, se todos os homens e animais viverem no Paraíso, depois do Apocalipse, todos os seres vivos desde a criação da Terra, incluindo as minhocas e os dinossauros, como dizem alguns, onde vai haver lugar para toda essa bicheza? Uns em cima dos outros? Mais vale escolher logo o Inferno, que deve cheirar menos mal. (185)

Convoca-se a questão filosófica da responsabilidade moral da humanidade face aos outros seres vivos e, em particular, a reflexão a que alguns filósofos chamam 'ética da Terra', «uma ética que emerge do sentimento de pertença à comunidade biótica e social» (Varandas 72-7). Num paraíso ecocêntrico, como o sugerido acima, todas as espécies que habitassem a Terra encontrariam um lugar e ser-lhes-ia atribuído um valor intrínseco. Mas sendo que esse contexto é apresentado como modelo (o do Paraíso), *Serip* rejeita-o como ideal (a utopia seria afinal distopia); o Inferno, em representação de um habitat artificial, onde alguns seres vivos não teriam entrada, poder-se-ia considerar mais aprazível.

Em 1973, Martin H. Krieger alertou para as consequências das preferências de habitats artificiais: «artificial prairies and wilderness have been created, and there is no reason to believe that these artifi-

cial environments need be unsatisfactory for those whose experience them.» (453)

Na medida em que à natureza seja atribuído um valor puramente instrumental, as decisões sobre a preservação de áreas naturais (e da respectiva biodiversidade associada) podem tornar-se contingentes. Este é um dos riscos que Maria José Varandas enumera como decorrente de uma ética ambiental antropocêntrica, que entende «a preservação e defesa da Natureza, enquanto uma fonte de recursos, gratificação estética e inspiração religiosa.» (36). Só em décadas recentes os serviços prestados pelos ecossistemas (*ecosystem services*) começaram a ser definidos, compreendidos e quantificados. Mesmo numa perspectiva puramente antropocêntrica assumida numa avaliação integrada das consequências das alterações nos ecossistemas para o bem estar humano (*Millenium Ecosystem Assessment website*), a manutenção da produção de madeira, a retenção de carbono e a regulação do ciclo hídrico, por exemplo, dependem das complexas relações ecológicas entre seres vivos, alguns microscópicos e outros ainda desconhecidos. Por esse facto, entende-se actualmente que a perda dos ecossistemas naturais acarreta consequências funestas a nível local, regional e global.

RCM faz viver uma cidade e um planeta marcado pela urbanidade, um termo com origem no Latim *urbanitas*, conotado com requinte e elegância, em oposição a *rusticus*, associado ao campo. No ambiente urbano, dominado por habitats artificiais, são também mais notórios os perigos para o bem-estar da humanidade resultantes de certas manifestações extremas da natureza. A concentração da população num território restrito torna-a vulnerável e dependente de um modelo de organização espacial e funcional, que se baseia na transformação do espaço natural em espaço artificial.

Escreve Viriato Soromenho-Marques que «a crise do ambiente é uma crise radical e global da nossa identidade e da nossa capacidade de continuarmos a habitar a Terra» e que «para invertermos a tendência para a colisão catastrófica (...) é preciso desafiar o minotauro indo ao coração do seu labirinto» (178). O minotauro, que, neste contexto, representa a pressão sobre os recursos e o excessivo consumo energético, só poderá ser dominado com o que chama «cooperação compulsiva» (198). Trata-se de um exercício que requer uma

maior consciência ambiental da «comunidade planetária», práticas de participação e cidadania mais activas, e uma atitude que permita «acreditar que a sombra do colapso, cada vez mais, cederá à poderosa esperança contida no projecto comum do desenvolvimento sustentável» (199). A crise, conceito que na sua génese está ligado à prática judicial, significa simultaneamente o momento da passagem ao veredicto e o próprio juízo: exige uma decisão; é o ponto de viragem (Cardoso 11-12). Olhando para o ambiente, é este o momento presente.

O final do romance é também um ponto de viragem: depois de uma longa travessia pelos esgotos, os naufragos estão de novo à superfície: «Um profundo vale de lodo abriu-se no meio do rio./ – Estamos cá fora, António. Vejo o Sol. O Tejo não tem água» (222). Apesar da iminência da onda gigante, António e João podem salvar-se: assim mantenham a força e a tenacidade que os fez sobreviver nos subterrâneos. A humanidade precisa da mesma capacidade para que, independentemente dos prejuízos ambientais já criados, possa ainda gerir a sua sobrevivência e a do planeta. Só deste modo se produzirão iguais narrativas de esperança. De esperança, que dizem ser verde.

Nota final

O diálogo entre os leitores de RCM, que entre outras tertúlias reuniram a 19 de Fevereiro de 2011 na Livraria *Fabula Urbis* em Lisboa, exibiu a polissemia da mensagem final do seu romance. Apesar de o escritor ter revelado aí a sua vontade de salvar *António e João*, e já anteriormente ter dito a Alexandra Lucas Coelho que «a vida triunfa» (11), a interpretação de muitos antecipava novas dificuldades e um desfecho trágico.

Neste contexto, desengane-se quem, porque conheceu esta reflexão antes do romance, encontra razão para dizer que, sabendo o final já sabe tudo. E que, depois disto, a leitura já não tem graça nenhuma.

BIBLIOGRAFIA

- Alveirinho Dias, José. "Casos de Estudo. As Cheias de Novembro de 1967 em Lisboa". *Geologia Ambiental*. Universidade do Algarve. http://w3.ualg.pt/~jdias/GEOLAMB/GAn_Casos/Lisboa1967/GA35sup1967_CheiasLisboa.html. Janeiro de 2011.
- Bachelard, Gaston. *L'eau et les rêves: essai sur l'imagination de la matière*. Paris: José Corti, 1983.
- Buell, Lawrence. *The Environmental Imagination. Thoreau, Nature Writing, and the Formation of American Culture*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1995.
- . "Ecoglobalist Affects: The Emergence of U.S. Environmental Imagination on a Planetary Scale". Dimock, Wai-hee and Buell, Lawrence (eds.) *Shades of the planet: American Literature as world literature*, 227-248. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.
- Callicott, Baird. *Earth's Insights: A multicultural Survey of Ecological Ethics from the Mediterranean Basin to the Australian Outback*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1994.
- Cardoso, Adelino. Apresentação. Pigeaud, Jackie. *A Crise*, 11-14. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2009.
- Coelho, Alexandra Lucas. "A Vida Triunfa". *Público* (suplemento Ipsilon), 31 de Julho de 2009: 7-11.
- Dinis, Júlio. *A Morgadinha dos Canaviais: crónica da aldeia*. 3ª edição. Lisboa: Uliseia, 1992.
- Foust, R. and Murphy W. O. Revealing and Reframing Apocalyptic Tragedy. *Environmental Communication* 3 (2): 151-167, 2009.
- Galvão, Ana F.; Valério, Pedro D. and Matos, José. Gestão Integrada de águas Pluviais em meio urbano. As soluções de controlo na origem. *Lisboa Urbanismo* 11: 8-13, 2000.
- Garrard, Greg. *Ecocriticism. The New Critical Idiom*. Oxon and New York, Routledge, 2004.
- Krieger, Martin H. What's wrong with plastic trees? Rationales for preserving rare natural environments involve economic, societal, and political factors. *Science* 179 (4072): 446-455, 1973.
- Millenium Ecosystem Assessment. "Overview of the Millenium Ecosystem Assessment". Millenium Ecosystem Assessment website. 2005, <http://www.maweb.org/en/About.aspx>. Janeiro 2011.

Mitchell, James K. European River Floods in a Changing World. *Risk Analysis*, 23 (3): 567-574, 2003.

Norwood, Vera. Tsunamis, Hurricanes and other natural Disasters. Gendered Voices in a Floodtide. Devine, Maureen and Christa Grewe-Volpp (eds) *Words on water*, 77-88. Trier: WVT, 2008.

Rees, W. Is 'Sustainable City' an oxymoron? *Local Environment*, 2 (3): 303-10, 1997.

Ribeiro Telles, G. Um novo desenho urbano. *Lisboa Urbanismo 1*: 6-7, 1998.

Risbey, James S. The new climate discourse: alarmist or alarming? *Global Environmental Change* 18(1): 26-37, 2008.

Saramago, José. *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. 3ª edição. Lisboa: Caminho, 1984.

Solomon, S., Qin, D., Manning, M., Chen, Z., Marquis, M. Averyt, K.B., Tignor, M. and Miller, M.L. (eds). *The Physical Science Basis*. IPCC Fourth Assessment Report: Climate Change 2007 (AR4). Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2007.

Soromenho-Marques, Viriato. *Metamorfoses. Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*. Mem Martins: Edições Europa-América, 2005.

UNDESA Population Division, *Linking Population, Poverty and Development*, UNFPA website, May 2007. <http://www.unfpa.org/pds/urbanization.htm>. Janeiro de 2011.

Varandas, Maria José. *Ambiente, uma questão de ética*. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.